



**Tribunal de Justiça
do Estado do Maranhão**

CLIPPING INTERNET

29/08/2018 ATÉ 29/08/2018

INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 SITE ATOS E FATOS.....	1
2	COMARCAS	
	2.1 BLOG CARLOS BARROSO.....	2
3	INSTITUCIONAL	
	3.1 BLOG DO NETO FERREIRA	3
	3.2 BLOG INFORMATIVO ACA.....	4
4	JUÍZES	
	4.1 BLOG ATUAL 7.....	5
	4.2 BLOG DO LINHARES.....	6
	4.3 BLOG DO NETO FERREIRA	7
	4.4 BLOG GLAUCIO ERICEIRA.....	8
	4.5 BLOG JEISAEL.COM.....	9
	4.6 BLOG JOHN CUTRIM.....	10
	4.7 BLOG MEMÓRIAS DO MARANHÃO.....	11
	4.8 BLOG NETO VANTUR.....	12
	4.9 BLOG WERBETH SARAIVA.....	13
	4.10 BLOG ZECA SOARES.....	14
	4.11 MINISTÉRIO PÚBLICO DO MARANHÃO.....	15
	4.12 RÁDIO NOTÍCIA MARANHÃO.....	16
	4.13 SITE G1 MARANHÃO.....	17 18
	4.14 SITE GOVBRASIL.....	19
	4.15 SITE IMIRANTE.COM.....	20
5	PRESIDÊNCIA	
	5.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	21
6	SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS	
	6.1 SITE O PROGRESSO.....	22
7	VARA CRIMINAL	
	7.1 BLOG DO DE SÁ.....	23
	7.2 BLOG DO MARCIAL LIMA.....	24
	7.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	25
	7.4 BLOG JAILSON MENDES.....	26
	7.5 BLOG VANDOVAL RODRIGUES.....	27
	7.6 SITE ATOS E FATOS.....	28
	7.7 SITE ICURURUPU.....	29
	7.8 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	30
	7.9 SITE MA 10.....	31
	7.10 SITE MARANHÃO NOTÍCIAS.....	32
	7.11 SITE SJ NOTÍCIAS MA.....	33
8	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	8.1 BLOG DIEGO EMIR.....	34
	8.2 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	35

MP de Contas aponta rede de corrupção e Orcrim em aluguel camarada de Dino

Uma Representação protocolada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão aponta para a existência de uma rede de corrupção em pelo menos um dos famigerados alugueis camaradas do governo Flávio Dino, do PCdoB. As contratações passaram a ser assim conhecidas após a descoberta de supostas simulações de contratos de locação de imóveis com pessoas físicas e jurídicas ligadas ao PCdoB, à própria gestão estadual ou a amigos do poder, com o objetivo de desviar recursos públicos.

Segundo a documentação, obtida com exclusividade pelo ATUAL7, as irregularidades foram encontradas na locação do prédio onde funcionava a antiga Clínica Eldorado para a implantação do Hospital de Ortopedia e Traumatologia (HTO), pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) ? [baixe o documento](#).

A Representação foi protocolada pelos procuradores do MPC Jairo Cavalcanti Vieira, que chefia o órgão, e Douglas Paulo da Silva, desde a segunda quinzena de setembro do ano passado, após r uma serie de reportagens da imprensa local e nacional sobre o escândalo. Segundo o sistema de consulta processual do TCE, a Representação aguarda manifestação do conselheiro Edmar Serra Cutrim, que atualmente é aliado político de Dino, pela determinação ou não de imediata e urgente auditoria nos contratos de locação celebrados entre o governo comunista e a Clínica Eldorado.

O aluguel camarada

Dentre as descobertas feitas pela imprensa, destacam-se o fato de que o marido de uma das sócias da Clínica Eldorado, a juíza Janaína Araújo de Carvalho, que coordena a Central de Inquéritos de São Luís, é o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho. Oficialmente titular da Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, ele atua desde 2013 como assessor da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), se reportando diretamente ao chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A magistrada, ainda segundo a imprensa local e nacional, é irmã de Janyr Carvalho de Araújo, assessora jurídica da SES e filha da sócia-majoritária da Clínica Eldorado, a pediatra Ideni Viana de Carvalho.

O pai da assessora jurídica da SES, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) haver questionado a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa, Jaime Ferreira transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

Cerca de 1 milhão foram repassados dos cofres públicos do Estado pelo aluguel pela Clínica Eldorado, mesmo sem haver nenhum atendimento médico, já que, mesmo com o recebimento dos pagamentos, o prédio esteve fechado por cerca de um ano ? tendo ainda o contrato sido renovado por mais dois anos, resultando em um custo adicional ao erário de pouco mais de R\$ 2,1 milhões.

Orcrim

Para os membros do MP de Contas, "o conjunto probatório" produzido no âmbito da Representação "demonstra a existência de uma organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a práticas de crimes de peculato, corrupção passiva, fraude em contratações, além das mais diversas formas de fraude".

"Os fatos narrados pela imprensa denunciam uma rede de corrupção formada por membros do Poder Judiciário, servidores da Secretaria de Estado da Saúde e dirigentes da Clínica Eldorado", diz trecho do documento.

"Ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de 'contratos de locação'. (...) Neste ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o Governo do Estado do Maranhão vem favorecendo financeiramente a empresa denunciada, mediante o mecanismo de simulação de contratos de locação. Os supostos contratos de locação (modus operandi dos desvios de recursos públicos) servem para legitimar e justificar a enorme movimentação financeira em favor da empresa CLÍNICA ELDORADO", destaca outro trecho.

Ainda segundo os procuradores, "este tipo de contratação tem ensejado fraudes das mais diversas modalidades. Para ilustrar: falso interesse público na contratação, empresas contratadas pertencentes às pessoas ou agentes públicos ligados ao governo, superfaturamento de preços, serviços não executados".

Outro lado

À época da descoberta do aluguel camarada da Clínica Eldorado, o governo Flávio Dino emitiu nota onde negou irregularidades e garantiu que a locação de uma estrutura existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um novo imóvel. Ainda de acordo com a gestão comunista, o valor da reforma seria descontado no aluguel.

Homem que matou companheira é condenado a 15 anos de prisão no Maranhão.

Resultado de imagem para Homem que matou companheira é condenado a 15 anos de prisão
ilustração

O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Comarca de Cururupu, presidiu na manhã desta quarta-feira (29) uma sessão do Tribunal do Júri. O réu foi Wilson Pinto dos Anjos, que estava sendo acusado de crime de feminicídio praticado contra Cleidiane Setúbal Pizon, sua companheira. O conselho de sentença considerou o réu culpado e ele recebeu a pena de 15 anos de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

De acordo com o inquérito policial, o crime aconteceu em 26 de dezembro do ano passado em Serrano do Maranhão, termo judiciário de Cururupu. Cleidiane Setúbal foi morta a golpes de arma branca e o motivo teria sido ciúmes. Wilson Pinto dos Anjos teria dito que ela passou alguns dias todo fora de casa e teria voltado com marca de 'chupão' no pescoço, resultando na discussão e no posterior feminicídio. O crime teria sido praticado na frente de uma criança.

SÉRIE DE JULGAMENTOS - Para esta semana, o Judiciário em Cururupu agendou nove julgamentos, sendo que três ocorreram na terça-feira (28) com os réus Milton Silva Moura Júnior, Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra, três na quarta-feira (29) tendo como réus Wilson Pinto dos Anjos, Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chaga, e mais três marcados para a quinta-feira (30), a saber, Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Todos os julgamentos têm a presidência do juiz titular Douglas Lima da Guia e acontecem na Câmara de Vereadores de Cururupu.

Advogado explica que não pediu para fechar hospital, mas sim corrigir ilegalidade

O advogado Thales Andrade gravou um vídeo para explicar a ação pública que moveu contra o Governo do Estado do Maranhão, após fazer dispensa de licitação para celebrar uma série de contratos no segmento da saúde. "Eu manejei uma ação popular contra eventual danos que o Estado causa ao próprio patrimônio público", explica o operador do direito.

Thales Andrade vem sendo alvo de ataques por parte de membros do Governo do Maranhão, que não gostaram da iniciativa do advogado, mas o próprio explica: "eu não pedi para fechar hospital nenhum, o que eu pedi foi para que se estancasse o lucro das pessoas com o sofrimento alheio, e esse lucro advindo de uma ilegalidade, que foi uma dispensa de licitação".

A ação popular movida tem como objetivo simples evitar que contratos celebrados com dispensa de licitação e que beneficiaram pessoas ligadas a um determinado grupo político, continuem em vigor.

Veja o vídeo em: <http://diegoemir.com/2018/08/advogado-explica-que-nao-pediu-para-fechar-hospital-mas-sim-corrigir-ilegalidade/>

IFrame

O post Advogado explica que não pediu para fechar hospital, mas sim corrigir ilegalidade apareceu primeiro em Diego Emir.

EX-POLICIAL MILITAR É CONDENADO POR MORTE DE LÍDER QUILOMBOLA EM SÃO JOÃO BATISTA

O ex-policial militar Josuel Sodré Sabóia foi condenado pelo Tribunal do Júri a cumprir 18 anos, oito meses e 12 dias, inicialmente em regime fechado por conta do assassinato do líder quilombola Flaviano Pinto Neto. O julgamento foi na última quarta-feira (22), na Câmara de Vereadores de São João Batista. O crime aconteceu no dia 30 de outubro de 2010, no mesmo município do julgamento.

Flaviano Neto era líder da comunidade quilombola Charco. Por ser uma referência na região, a Câmara de Vereadores ficou cheia no dia do julgamento. Além de pessoas da comunidade, acompanharam ainda a sessão quebradeiras de coco e índios Gamela, do município de Viana. Familiares da vítima e do acusado também estiveram presentes.

Flaviano Pinto Neto respondia pela presidência da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Charco e segundo consta na investigação policial, ele foi atraído por Josuel para um bar. Lá, eles beberam algumas cervejas e depois, Josuel saiu do local. Em seguida, segundo a investigação, Irismar Pereira chegou e disparou sete tiros na cabeça da vítima. O autor dos disparos morreu em 2013, dentro da Penitenciária de Pedrinhas, em São Luís, após se envolver em um motim que terminou com quatro presos mortos, sendo três decapitados.

O motivo seria uma disputa por terras. Por este motivo, o Ministério Público acusou os irmãos Manoel de Jesus Martins Gomes e Antônio Martins Gomes como mandantes do crime, pois eles se dizem proprietários da terra que está em conflito, mas a Justiça resolveu não levar os dois a julgamento alegando falta de provas de que os irmãos contrataram Josuel Sabóia para cometer o crime.

No júri, o promotor de justiça foi Felipe Rotondo, que teve o advogado Rafael Reis em sua assistência. Na defesa, Cícero Carlos Medeiros foi o responsável. A sessão foi presidida pelo juiz José de Ribamar Dias Júnior.

MP de Contas aponta rede de corrupção e Orccrim em aluguel camarada de Dino

Uma Representação protocolada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão aponta para a existência de uma rede de corrupção em pelo menos um dos famigerados alugueis camaradas do governo Flávio Dino, do PCdoB. As contratações passaram a ser assim conhecidas após a descoberta de supostas simulações de contratos de locação de imóveis com pessoas físicas e jurídicas ligadas ao PCdoB, à própria gestão estadual ou a amigos do poder, com o objetivo de desviar recursos públicos.

Segundo a documentação, obtida com exclusividade pelo ATUAL7, as irregularidades foram encontradas na locação do prédio onde funcionava a antiga Clínica Eldorado para a implantação do Hospital de Ortopedia e Traumatologia (HTO), pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) ? [baixe o documento](#).

A Representação foi protocolada pelos procuradores do MPC Jairo Cavalcanti Vieira, que chefia o órgão, e Douglas Paulo da Silva, desde a segunda quinzena de setembro do ano passado, após r uma serie de reportagens da imprensa local e nacional sobre o escândalo. Segundo o sistema de consulta processual do TCE, a Representação aguarda manifestação do conselheiro Edmar Serra Cutrim, que atualmente é aliado político de Dino, pela determinação ou não de imediata e urgente auditoria nos contratos de locação celebrados entre o governo comunista e a Clínica Eldorado.

O aluguel camarada

Dentre as descobertas feitas pela imprensa, destacam-se o fato de que o marido de uma das sócias da Clínica Eldorado, a juíza Janaína Araújo de Carvalho, que coordena a Central de Inquéritos de São Luís, é o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho. Oficialmente titular da Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, ele atua desde 2013 como assessor da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), se reportando diretamente ao chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A magistrada, ainda segundo a imprensa local e nacional, é irmã de Janyr Carvalho de Araújo, assessora jurídica da SES e filha da sócia-majoritária da Clínica Eldorado, a pediatra Ideni Viana de Carvalho.

O pai da assessora jurídica da SES, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) haver questionado a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa, Jaime Ferreira transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

Cerca de 1 milhão foram repassados dos cofres públicos do Estado pelo aluguel pela Clínica Eldorado, mesmo sem haver nenhum atendimento médico, já que, mesmo com o recebimento dos pagamentos, o prédio esteve fechado por cerca de um ano ? tendo ainda o contrato sido renovado por mais dois anos, resultando em um custo adicional ao erário de pouco mais de R\$ 2,1 milhões.

Para os membros do MP de Contas, "o conjunto probatório" produzido no âmbito da Representação "demonstra a existência de uma organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a práticas de crimes de peculato, corrupção passiva, fraude em contratações, além das mais diversas formas de fraude".

"Os fatos narrados pela imprensa denunciam uma rede de corrupção formada por membros do Poder Judiciário, servidores da Secretaria de Estado da Saúde e dirigentes da Clínica Eldorado", diz trecho do documento.

"Ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de 'contratos de locação'. (...) Neste ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o Governo do Estado do Maranhão vem favorecendo financeiramente a empresa denunciada, mediante o mecanismo de simulação de contratos de locação. Os supostos contratos de locação (modus operandi dos desvios de recursos públicos) servem para legitimar e justificar a enorme movimentação financeira em favor da empresa CLÍNICA ELDORADO", destaca outro trecho.

Ainda segundo os procuradores, "este tipo de contratação tem ensejado fraudes das mais diversas modalidades. Para ilustrar: falso interesse público na contratação, empresas contratadas pertencentes às pessoas ou agentes públicos ligados ao governo, superfaturamento de preços, serviços não executados".

Outro lado

À época da descoberta do aluguel camarada da Clínica Eldorado, o governo Flávio Dino emitiu nota onde negou irregularidades e garantiu que a locação de uma estrutura existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um novo imóvel. Ainda de acordo com a gestão comunista, o valor da reforma seria descontado no aluguel

Dois acusados são condenados pelo Tribunal do Júri em Codó

28/08/2018 00:00:00

A juíza Flávia Pereira Barçante, titular da 3ª Vara de Codó, presidiu duas sessões do Tribunal do Júri na última semana. Os réus foram Ermilson Cunha Lopes, levado a júri popular no dia 21, e Paulo Roberto Maximiano Viana, em sessão realizada no dia 23. Ambos estavam sendo acusados de prática de homicídio, tendo como vítimas Francisco de Assis Cardoso e Jairo Anastácio Bizarria, respectivamente, e foram considerados culpados pelo Conselho de Sentença.

No primeiro caso, consta no inquérito que, na data de 12 de junho de 2016, o acusado teria estrangulado Francisco de Assis com um fio, roubando sua motocicleta em seguida. Foi apurado ainda nas investigações, que a vítima teria em relacionamento com o acusado. O crime ocorreu na Rua Santa Helena, no Bairro Trizidela. Após o homicídio, em depoimento à polícia, o réu confessou ter sido o autor. Ele foi considerado culpado pelo Conselho de Sentença e recebeu a pena de 15 anos e dois meses de reclusão, a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

No segundo julgamento, o réu Paulo Roberto estava sendo acusado de ter matado, com outras duas pessoas, a vítima Jairo Anastácio Bizarria, em 3 de julho de 2015. De acordo com relatos na denúncia, a vítima ingeria bebida alcoólica na companhia de um homem identificado como Francisco das Chagas e, posteriormente, na companhia de outro acusado, Antônio José Rodrigues, no Bar do Linhares, de propriedade do avô de Paulo Roberto.

Pouco tempo depois, os dois acusados levaram José Anastácio até o corredor da folia, festa promovida pelo município, quando Paulo Roberto teria empurrado a vítima para dentro de um veículo Gol. A polícia apurou que o crime teria sido praticado por causa de questões com drogas, haja vista que materiais de enrolar cocaína foram encontrados junto ao corpo da vítima. Paulo Roberto foi considerado culpado e recebeu a pena de 14 anos e três meses de reclusão, pena a ser cumprida em regime inicialmente fechado.

(Informações do TJ-MA)

Roseana quer tirar 312 mil maranhenses da pobreza com programa de investimentos

Incentivar novos empreendimentos, revisar a cobrança de impostos aos mais necessitados, retomar os programas sociais, os investimentos na saúde e fomentar o turismo e a cultura. Estas foram as principais ações que a ex-governadora e candidata ao Governo do Maranhão, Roseana Sarney, destacou na entrevista ao jornal o Estado do Maranhão, como plano de governo que pretende executar para gerar emprego e renda e atender 312 mil maranhenses que voltaram para a pobreza extrema no atual governo.

Roseana ressaltou que hoje o Maranhão tem mais de 400 mil desempregados, o sistema estadual de saúde está falindo, os programas sociais foram extintos. No interior do Maranhão, centenas de carros e motos que na maioria eram usados para gerar renda familiar foram retirados dos trabalhadores e sendo leiloados.

"Conseguimos tirar em torno de 500 mil pessoas da pobreza. Agora me deparo com os dados do IBGE, após três anos, que mostram 312 mil maranhenses que voltaram para a linha de pobreza. Isso é uma coisa absurda. Está no nosso programa colocar o Maranhão nos trilhos do desenvolvimento, com incentivos a empreendedores, e a retomada dos programas sociais, além da implementação de outros como o Programa Viva Gás", disse Roseana.

Na sabatina, que contou com os jornalistas, Marco D'Eça, Linhares Junior e Carla Lima, Roseana disse que em seus governos anteriores trouxe R\$ 100 bilhões de investimentos para o Maranhão, com a geração de mais de 200 mil empregos.

"Fomentamos a agroindústria, o porto foi modernizado, as estradas foram construídas, trouxemos empresas nacionais para o estado. Ações que ajudam a trazer desenvolvimento e emprego. Em tempo de crise não se aumenta imposto. Em momento de crise o governo tem que ser criativo", afirmou.

Segurança

Em resposta aos internautas e jornalistas, Roseana lembrou que deixou um efetivo de 9 mil policiais militares e afirmou que convocará os concursados que já estão habilitados para a função.

Ela defendeu a criação de um conselho composta pelas polícias Federal, Militar, Rodoviária, Civil e o Poder Judiciário com a finalidade de discutir as formas de melhor atuação na área de segurança pública e o reaparelhamento da polícia.

"Num governo sério não se faz acordo com bandido, não quero envolver nada numa nuvem. Meu governo sempre foi muito aberto e sincero com as pessoas, pela confiança que os maranhenses têm em mim. No meu governo não terá aniversário de facções, isso é um exemplo péssimo para o Brasil", falou.

Escolas dignas

Ao falar de educação, Roseana adiantou que estuda a oferta de cursos profissionalizantes no ensino médio, além de voltar a qualificar, capacitar e pagar salários dignos aos professores. Ela destacou que no programa do seu governo anterior já constava a reforma e construções de escolas, com recursos assegurados pelo BNDES. "Deixei em caixa de planejamento estratégico para o governador R\$ 1,9 bilhão, tendo uma rubrica na educação de cerca de R\$ 400 milhões para construção de escolas, reformas de colégios, além de bibliotecas", informou Roseana. "Fizemos a reforma e modernizamos mais de 440 escolas", completou.

Saúde

Roseana destacou a construção de 72 hospitais pelo seu governo, dos quais 62 foram construídos e dez ficaram em construção, em estágios bastante adiantados, entre eles os de Pinheiro, Caxias, Balsas, Imperatriz, Chapadinha. Onze UPAS foram construídas e deixadas em pleno funcionamento na gestão da ex-senadora.

"Mas infelizmente os hospitais, principalmente de pequenos portes, estão parados. Por isso esse absurdo de cobertura vacinal, de apenas 35% em 2017. Acho uma maldade o que fazem com as pessoas do interior, nos casos de diabetes, pressão arterial, partos que poderiam ser tratados no município. Com certeza retomarei com força o Programa Saúde é Vida", afirmou Roseana.

Ela revelou ainda que havia verbas para construção e manutenção de sete centros de hemodiálise, dentre eles os de Chapadinha e Pinheiro. "Quando você é eleito governador, tem que atender a todos os municípios. Sempre fui governadora de todos os maranhenses e não de um partido. Nesse aspecto tenho recebido reclamações de prefeitos que dizem que são perseguidos, inclusive na área de saúde".

Ainda durante a entrevista, Roseana disse que infraestrutura é desenvolvimento e aquece a economia, no que se refere a agronegócios, por exemplo. E citou inúmeras rodovias estaduais, vicinais, viadutos na capital construídos em seus governos, além de obras de saneamento básico.

Cultura e Turismo

Roseana classificou de triste o atual momento da cultura no Maranhão. Para ela, o estado é culturalmente muito rico e, agregado ao turismo, é uma potência na geração de emprego e renda.

"Tudo está parado, não temos mais as festas juninas, os festejos folclóricos no interior do estado perderam o apoio do estado. Temos que revitalizar a nossa cultura, o Centro Histórico, afinal São Luís é Patrimônio da Humanidade, temos que fazer valer esse título", enfatizou. No setor turístico, a candidata do MDB foi lembrada por ter construída a rodovia que liga São Luís a Barreirinhas, que expandiu a Região como polo turístico.

Ao final da sabatina, a candidata agradeceu a oportunidade de participar da entrevista, as opiniões e a participação dos internautas. "Tenho esperança de voltar a governar, porque tenho condições e experiência, temos o objetivo de colocar o Maranhão nos trilhos, de volta ao crescimento e ao desenvolvimento. Ocupar o lugar que merece nacionalmente", finalizou Roseana.

Ministério Público de Contas aponta rede de corrupção em aluguel camarada de Dino

Uma Representação protocolada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão aponta para a existência de uma rede de corrupção em pelo menos um dos famigerados alugueis camaradas do governo Flávio Dino, do PCdoB. As contratações passaram a ser assim conhecidas após a descoberta de supostas simulações de contratos de locação de imóveis com pessoas físicas e jurídicas ligadas ao PCdoB, à própria gestão estadual ou a amigos do poder, com o objetivo de desviar recursos públicos.

Segundo a documentação, obtida com exclusividade pelo ATUAL7, as irregularidades foram encontradas na locação do prédio onde funcionava a antiga Clínica Eldorado para a implantação do Hospital de Ortopedia e Traumatologia (HTO), pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

A Representação foi protocolada pelos procuradores do MPC Jairo Cavalcanti Vieira, que chefia o órgão, e Douglas Paulo da Silva, desde a segunda quinzena de setembro do ano passado, após r uma serie de reportagens da imprensa local e nacional sobre o escândalo. Segundo o sistema de consulta processual do TCE, a Representação aguarda manifestação do conselheiro Edmar Serra Cutrim, que atualmente é aliado político de Dino, pela determinação ou não de imediata e urgente auditoria nos contratos de locação celebrados entre o governo comunista e a Clínica Eldorado.

O aluguel camarada

Dentre as descobertas feitas pela imprensa, destacam-se o fato de que o marido de uma das sócias da Clínica Eldorado, a juíza Janaína Araújo de Carvalho, que coordena a Central de Inquéritos de São Luís, é o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho. Oficialmente titular da Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, ele atua desde 2013 como assessor da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), se reportando diretamente ao chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A magistrada, ainda segundo a imprensa local e nacional, é irmã de Janyr Carvalho de Araújo, assessora jurídica da SES e filha da sócia-majoritária da Clínica Eldorado, a pediatra Ideni Viana de Carvalho.

O pai da assessora jurídica da SES, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) haver questionado a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa, Jaime Ferreira transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

Cerca de 1 milhão foram repassados dos cofres públicos do Estado pelo aluguel pela Clínica Eldorado, mesmo sem haver nenhum atendimento médico, já que, mesmo com o recebimento dos pagamentos, o prédio esteve fechado por cerca de um ano ? tendo ainda o contrato sido renovado por mais dois anos, resultando em um custo adicional ao erário de pouco mais de R\$ 2,1 milhões.

Orcrim

Para os membros do MP de Contas, "o conjunto probatório" produzido no âmbito da Representação "demonstra a existência de uma organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou

profissionalmente para a práticas de crimes de peculato, corrupção passiva, fraude em contratações, além das mais diversas formas de fraude".

"Os fatos narrados pela imprensa denunciam uma rede de corrupção formada por membros do Poder Judiciário, servidores da Secretaria de Estado da Saúde e dirigentes da Clínica Eldorado", diz trecho do documento.

"Ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de 'contratos de locação'. (...) Neste ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o Governo do Estado do Maranhão vem favorecendo financeiramente a empresa denunciada, mediante o mecanismo de simulação de contratos de locação. Os supostos contratos de locação (modus operandi dos desvios de recursos públicos) servem para legitimar e justificar a enorme movimentação financeira em favor da empresa CLÍNICA ELDORADO", destaca outro trecho.

Ainda segundo os procuradores, "este tipo de contratação tem ensejado fraudes das mais diversas modalidades. Para ilustrar: falso interesse público na contratação, empresas contratadas pertencentes às pessoas ou agentes públicos ligados ao governo, superfaturamento de preços, serviços não executados".

Outro lado

À época da descoberta do aluguel camarada da Clínica Eldorado, o governo Flávio Dino emitiu nota onde negou irregularidades e garantiu que a locação de uma estrutura existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um novo imóvel. Ainda de acordo com a gestão comunista, o valor da reforma seria descontado no aluguel.

SÃO JOÃO BATISTA: Intermediário da morte de Flaviano Neto é condenado a 18 anos de reclusão

Líder quilombola foi assassinado em 2010. Caso teve repercussão nacional

Apontado como intermediário do assassinato do líder quilombola Flaviano Pinto Neto, ocorrido no dia 30 de outubro de 2010, em São João Batista, Josuel Sodré Sabóia foi condenado, nesta quarta-feira, 22, pelo Tribunal do Júri Popular da comarca a 18 anos, oito meses e 12 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado. A morte do líder quilombola ganhou repercussão nacional.

O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de São João Batista e contou com a presença de uma grande quantidade de pessoas entre amigos e familiares da vítima, quilombolas da comunidade do Charco, onde a vítima era líder, quebradeiras de coco da região e índios Gamela do município de Viana, além de familiares do acusado.

Na sessão do júri, o Ministério Público foi representado pelo promotor de justiça Felipe Rotondo, que teve na assistência de acusação o advogado Rafael Reis. Na defesa, atuou o advogado Cícero Carlos Medeiros. A sessão do júri foi presidida pelo juiz José de Ribamar Dias Júnior, titular da comarca.

Josuel Sabóia foi condenado nas penas do crime de homicídio duplamente qualificado, mediante promessa de recompensa e à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido.

O CRIME

Conforme os autos, Flaviano Pinto Neto, que era presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Charco e liderava a comunidade na luta pelo direito à terra, foi assassinado com sete tiros, depois de ser atraído para uma emboscada pelo ex-policial militar Josuel Sodré Sabóia.

O executor dos disparos foi Irismar Pereira, morto em 2013, dentro da Penitenciária de Pedrinhas, durante uma briga entre integrantes de uma mesma facção criminosa. Na ocasião, quatro presos foram mortos, sendo três decapitados.

No dia de sua morte, Flaviano Neto, depois de participar de uma reunião na entidade que dirigia, foi levado a um bar por Josuel Sabóia na garupa de uma moto, para tomarem cerveja. Ao chegar no estabelecimento, o acusado pagou três cervejas e saiu do local deixando a vítima consumindo a bebida. Logo em seguida, Irismar entrou no bar de maneira sorrateira e disparou vários tiros de arma de fogo na cabeça da vítima, que morreu imediatamente.

Inicialmente, foram acusados pelo Ministério Público como mandantes do crime os irmãos Manoel de Jesus Martins Gomes e Antônio Martins Gomes, que se dizem proprietários da terra que está em conflito com a comunidade quilombola.

No entanto, o Tribunal de Justiça do Maranhão despronunciou os dois acusados, ou seja, não os levou a julgamento, por ausência de provas de que tenham contratado Josuel Sabóia.

OUTROS JULGAMENTOS

Nesta semana, o Tribunal do Júri Popular de São João Batista realizou, ainda, outros três julgamentos.

No dia 20, o réu Nilson dos Santos Silva, que matou o próprio irmão Cláudio dos Santos Silva com tiros de espingarda, em 16 de fevereiro deste ano, foi condenado a oito anos e quatro meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto.

Segundo a acusação do Ministério Público, o crime ocorreu após uma discussão entre os dois irmãos, devido à desconfiança do acusado de que a vítima estaria retirando peixes de um açude da família sem a autorização do pai deles. Ao chegar em casa na madrugada do dia 16 de fevereiro, Nilson viu Cláudio dormindo, pegou uma espingarda de fabricação caseira e disparou contra o irmão na altura do peito. Apesar de ter negado inicialmente participação no crime, mais tarde o acusado confessou a autoria para os familiares.

Na terça-feira, 21, o réu Jadilson Nunes Soares, vulgo Cadico, foi condenado a 13 anos, seis meses e 22 dias, em regime inicialmente fechado, pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal.

Consta nos autos que, no dia 18 de dezembro de 2006, durante uma festa no povoado Manival, Jadilson, ao intervir em uma briga na qual se envolveu um primo dele, disparou seis tiros de revólver contra Carlos Magno Santos Silva, conhecido como Baguinho, que, apesar de atingido, não morreu. Perto da confusão, a senhora Áurea Edilma Santos Machado foi atingida e faleceu. Já Antônio Vieira Santos, também foi alvejado e ficou lesionado no braço.

No último dia de julgamento, nesta quinta-feira, 23, Leandro Pires Santos acusado da morte de Roque Mendes Soares, ocorrida em 1º de maio de 2011, foi absolvido, por maioria de votos.

Segundo a denúncia, após ingerir bebida alcoólica, o acusado se desentendeu com a vítima, que teria proferido ofensas contra sua mãe, dentro de um bar no povoado Laranjal, zona rural de São João Batista. Leandro se armou de uma faca tipo peixeira e desferiu vários golpes em Roque, que morreu ainda no local.

Advogado da família Sarney pede o fechamento do HTO

Um dos advogados de Roseana Sarney entrou com uma ação popular na Vara de Interesses Difusos e Coletivos de São Luís pedindo a suspensão imediata do contrato de aluguel do prédio onde funciona o Hospital de Traumatologia e Ortopedia, referência na área da traumatologia e ortopedia de alta complexidade.

Na peça processual, o advogado diz que “está mais que clara a necessidade, in casu, de concessão de liminar”, além de dizer que “com efeito, é evidente o risco de que outros prejuízos se somem aos já contabilizados, agravando a lesão ao interesse coletivo”.

No entanto, caso a liminar seja procedente ao pedido do advogado de Roseana Sarney (MDB), quem vai ter prejuízo será a população. Desde que foi inaugurado, o HTO mudou a história de centenas de maranhenses e de outros brasileiros.

Um bom exemplo disso foi a cirurgia do pequeno Thiallyson de Sousa Dias, 5 anos, que sofria de um problema raro na mandíbula. O drama do menino chegou ao fim graças ao serviço oferecido pelo HTO. Além dele, outros maranhenses e até pacientes de outros estados como Amazonas, Pará, Acre e Piauí foram beneficiados com o atendimento oferecido pela rede estadual de saúde.

O caso de Fabrício Pessoa, de 34 anos, que veio do Amapá após ouvir falar sobre a estrutura da unidade da rede pública do Maranhão reflete bem o prejuízo que a população do Norte e Nordeste podem sofrer com a desativação do HTO.

No Twitter, o secretário de Estado da Saúde critica a estratégia política adotada pela candidata da coligação ‘O Maranhão quer mais’, Roseana Sarney (MDB). “São por vitórias como essa que o advogado de Roseana Sarney pediu hoje na Justiça o fechamento do HTO. Sra. Candidata, não coloque a política à frente das pessoas. Isso é simplesmente ridículo. Só é punido com uma medida dessas quem mais precisa”, publicou na internet.

A estrutura do HTO conta com 44 leitos (10 UTI), três centros cirúrgicos, posto de enfermagem, sala de repouso, salas de curativo, além de alas especializadas para atendimento de crianças e idosos. Com corpo clínico com mais de 45 médicos e equipamentos de alta tecnologia, a unidade oferece atendimento ambulatorial, marcação de consultas, análises clínicas, exames de imagem (raio-x, ultrassonografia, tomografia).

O hospital permite tratamento de crianças com doenças musculoesqueléticas, execução de procedimentos como alongamento ósseo e o implante de próteses articulares e realização de videocirurgias.

Caema é condenada por cobrança irregular em Bom Jardim

Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim levou a Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar cobranças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MPMA somente no último dia 3 de agosto.

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis, o que levava a cobranças abusivas. "Isso gera taxaçoão absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês", explica, na ação, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira.

Para o membro do Ministério Público do Maranhão, "essa taxaçoão promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema".

Na sentença, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro declarou que a cobrança por estimativa é ilegal, determinando que a Caema realize a cobrança da tarifa mínima nas residências em que não haja hidrômetros, até que estes sejam instalados. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão também foi condenada a devolver os valores cobrados irregularmente aos consumidores lesados, acrescidos de correção monetária e juros.

Além disso, o magistrado ratificou liminar já concedida, proibindo a Caema de realizar cobranças por estimativa, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

Roseana quer tirar 312 mil maranhenses da pobreza com programa de investimentos

Incentivar novos empreendimentos, revisar a cobrança de impostos aos mais necessitados, retomar os programas sociais, os investimentos na saúde e fomentar o turismo e a cultura. Estas foram as principais ações que a ex-governadora e candidata ao Governo do Maranhão, Roseana Sarney, destacou na entrevista ao jornal o Estado do Maranhão, como plano de governo que pretende executar para gerar emprego e renda e atender 312 mil maranhenses que voltaram para a pobreza extrema no atual governo.

Roseana ressaltou que hoje o Maranhão tem mais de 400 mil desempregados, o sistema estadual de saúde está falindo, os programas sociais foram extintos. No interior do Maranhão, centenas de carros e motos que na maioria eram usados para gerar renda familiar foram retirados dos trabalhadores e sendo leiloados.

“Conseguimos tirar em torno de 500 mil pessoas da pobreza. Agora me deparo com os dados do IBGE, após três anos, que mostram 312 mil maranhenses que voltaram para a linha de pobreza. Isso é uma coisa absurda. Está no nosso programa colocar o Maranhão nos trilhos do desenvolvimento, com incentivos a empreendedores, e a retomada dos programas sociais, além da implementação de outros como o Programa Viva Gás”, disse Roseana.

Na sabatina, que contou com os jornalistas, Marco D’Eça, Linhares Junior e Carla Lima, Roseana disse que em seus governos anteriores trouxe R\$ 100 bilhões de investimentos para o Maranhão, com a geração de mais de 200 mil empregos.

“Fomentamos a agroindústria, o porto foi modernizado, as estradas foram construídas, trouxemos empresas nacionais para o estado. Ações que ajudam a trazer desenvolvimento e emprego. Em tempo de crise não se aumenta imposto. Em momento de crise o governo tem que ser criativo”, afirmou.

Segurança

Em resposta aos internautas e jornalistas, Roseana lembrou que deixou um efetivo de 9 mil policiais militares e afirmou que convocará os concursados que já estão habilitados para a função.

Ela defendeu a criação de um conselho composta pelas polícias Federal, Militar, Rodoviária, Civil e o Poder Judiciário com a finalidade de discutir as formas de melhor atuação na área de segurança pública e o reaparelhamento da polícia.

“Num governo sério não se faz acordo com bandido, não quero envolver nada numa nuvem. Meu governo sempre foi muito aberto e sincero com as pessoas, pela confiança que os maranhenses têm em mim. No meu governo não terá aniversário de facções, isso é um exemplo péssimo para o Brasil”, falou.

Escolas dignas

Ao falar de educação, Roseana adiantou que estuda a oferta de cursos profissionalizantes no ensino médio, além de voltar a qualificar, capacitar e pagar salários dignos aos professores. Ela destacou que no programa do seu

governo anterior já constava a reforma e construções de escolas, com recursos assegurados pelo BNDES. “Deixei em caixa de planejamento estratégico para o governador R\$ 1,9 bilhão, tendo uma rubrica na educação de cerca de R\$ 400 milhões para construção de escolas, reformas de colégios, além de bibliotecas”, informou Roseana. “Fizemos a reforma e modernizamos mais de 440 escolas”, completou.

Saúde

Roseana destacou a construção de 72 hospitais pelo seu governo, dos quais 62 foram construídos e dez ficaram em construção, em estágios bastante adiantados, entre eles os de Pinheiro, Caxias, Balsas, Imperatriz, Chapadinha. Onze UPAS foram construídas e deixadas em pleno funcionamento na gestão da ex-senadora.

“Mas infelizmente os hospitais, principalmente de pequenos portes, estão parados. Por isso esse absurdo de cobertura vacinal, de apenas 35% em 2017. Acho uma maldade o que fazem com as pessoas do interior, nos casos de diabetes, pressão arterial, partos que poderiam ser tratados no município. Com certeza retomarei com força o Programa Saúde é Vida”, afirmou Roseana.

Ela revelou ainda que havia verbas para construção e manutenção de sete centros de hemodiálise, dentre eles os de Chapadinha e Pinheiro. “Quando você é eleito governador, tem que atender a todos os municípios. Sempre fui governadora de todos os maranhenses e não de um partido. Nesse aspecto tenho recebido reclamações de prefeitos que dizem que são perseguidos, inclusive na área de saúde”.

Ainda durante a entrevista, Roseana disse que infraestrutura é desenvolvimento e aquece a economia, no que se refere a agronegócios, por exemplo. E citou inúmeras rodovias estaduais, vicinais, viadutos na capital construídos em seus governos, além de obras de saneamento básico.

Cultura e Turismo

Roseana classificou de triste o atual momento da cultura no Maranhão. Para ela, o estado é culturalmente muito rico e, agregado ao turismo, é uma potência na geração de emprego e renda.

“Tudo está parado, não temos mais as festas juninas, os festejos folclóricos no interior do estado perderam o apoio do estado. Temos que revitalizar a nossa cultura, o Centro Histórico, afinal São Luís é Patrimônio da Humanidade, temos que fazer valer esse título”, enfatizou. No setor turístico, a candidata do MDB foi lembrada por ter construída a rodovia que liga São Luís a Barreirinhas, que expandiu a Região como polo turístico.

Ao final da sabatina, a candidata agradeceu a oportunidade de participar da entrevista, as opiniões e a participação dos internautas. “Tenho esperança de voltar a governar, porque tenho condições e experiência, temos o objetivo de colocar o Maranhão nos trilhos, de volta ao crescimento e ao desenvolvimento. Ocupar o lugar que merece nacionalmente”, finalizou Roseana.

Confiram os resultados de todos os julgamentos realizados na semana passada em São João Batista

29 de agosto de 2018 por Jailson Mendes | 0 comentários

Apontado como intermediário do assassinato do líder quilombola Flaviano Pinto Neto, ocorrido no dia 30 de outubro de 2010, em São João Batista, Josuel Sodré Sabóia foi condenado, nesta quarta-feira, 22, pelo Tribunal do Júri Popular da comarca a 18 anos, oito meses e 12 dias de reclusão, em regime inicialmente fechado. A morte do líder quilombola ganhou repercussão nacional.

O julgamento foi realizado na Câmara de Vereadores de São João Batista e contou com a presença de uma grande quantidade de pessoas entre amigos e familiares da vítima, quilombolas da comunidade do Charco, onde a vítima era líder, quebradeiras de coco da região e índios Gamela do município de Viana, além de familiares do acusado. Na sessão do júri, o Ministério Público foi representado pelo promotor de justiça Felipe Rotondo, que teve na assistência de acusação o advogado Rafael Reis. Na defesa, atuou o advogado Cícero Carlos Medeiros. A sessão do júri foi presidida pelo juiz José de Ribamar Dias Júnior, titular da comarca.

Josuel Sabóia foi condenado nas penas do crime de homicídio duplamente qualificado, mediante promessa de recompensa e à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido. Conforme os autos, Flaviano Pinto Neto, que era presidente da Associação dos Pequenos Produtores Rurais do Povoado Charco e liderava a comunidade na luta pelo direito à terra, foi assassinado com sete tiros, depois de ser atraído para uma emboscada pelo ex-policia militar Josuel Sodré Sabóia.

O executor dos disparos foi Irismar Pereira, morto em 2013, dentro da Penitenciária de Pedrinhas, durante uma briga entre integrantes de uma mesma facção criminosa. Na ocasião, quatro presos foram mortos, sendo três decapitados. No dia de sua morte, Flaviano Neto, depois de participar de uma reunião na entidade que dirigia, foi levado a um bar por Josuel Sabóia na garupa de uma moto, para tomarem cerveja. Ao chegar no estabelecimento, o acusado pagou três cervejas e saiu do local deixando a vítima consumindo a bebida. Logo em seguida, Irismar entrou no bar de maneira sorrateira e disparou vários tiros de arma de fogo na cabeça da vítima, que morreu imediatamente.

Inicialmente, foram acusados pelo Ministério Público como mandantes do crime os irmãos Manoel de Jesus Martins Gomes e Antônio Martins Gomes, que se dizem proprietários da terra que está em conflito com a comunidade quilombola. No entanto, o Tribunal de Justiça do Maranhão despronunciou os dois acusados, ou seja, não os levou a julgamento, por ausência de provas de que tenham contratado Josuel Sabóia.

OUTROS JULGAMENTOS

Nesta semana, o Tribunal do Júri Popular de São João Batista realizou, ainda, outros três julgamentos. No dia 20, o réu Nilson dos Santos Silva, que matou o próprio irmão Cláudio dos Santos Silva com tiros de espingarda, em 16 de fevereiro deste ano, foi condenado a oito anos e quatro meses de reclusão, em regime inicialmente semiaberto. Segundo a acusação do Ministério Público, o crime ocorreu após uma discussão entre os dois

irmãos, devido à desconfiança do acusado de que a vítima estaria retirando peixes de um açude da família sem a autorização do pai deles.

Ao chegar em casa na madrugada do dia 16 de fevereiro, Nilson viu Cláudio dormindo, pegou uma espingarda de fabricação caseira e disparou contra o irmão na altura do peito. Apesar de ter negado inicialmente participação no crime, mais tarde o acusado confessou a autoria para os familiares. Na terça-feira, 21, o réu Jadilson Nunes Soares, vulgo Cadico, foi condenado a 13 anos, seis meses e 22 dias, em regime inicialmente fechado, pelos crimes de homicídio, tentativa de homicídio e lesão corporal.

Consta nos autos que, no dia 18 de dezembro de 2006, durante uma festa no povoado Manival, Jadilson, ao intervir em uma briga na qual se envolveu um primo dele, disparou seis tiros de revólver contra Carlos Magno Santos Silva, conhecido como Baguinho, que, apesar de atingido, não morreu. Perto da confusão, a senhora Áurea Edilma Santos Machado foi atingida e faleceu. Já Antônio Vieira Santos, também foi alvejado e ficou lesionado no braço.

No último dia de julgamento, nesta quinta-feira, 23, Leandro Pires Santos acusado da morte de Roque Mendes Soares, ocorrida em 1º de maio de 2011, foi absolvido, por maioria de votos. Segundo a denúncia, após ingerir bebida alcoólica, o acusado se desentendeu com a vítima, que teria proferido ofensas contra sua mãe, dentro de um bar no povoado Laranjal, zona rural de São João Batista. Leandro se armou de uma faca tipo peixeira e desferiu vários golpes em Roque, que morreu ainda no local.

Folha de SJB

Justiça obriga prefeitura de Serrano do Maranhão a reformar escolas

Como resultado de Ações Cíveis Públicas, propostas pelo Ministério Público do Maranhão, em 30 de julho, o Município de Serrano do Maranhão está obrigado pela Justiça a adotar, no prazo de 30 dias, as medidas para dar início às reformas completas de três escolas públicas municipais: Augusto Lima, Coronel Dô Carvalho e Duque de Caxias. As obras devem ser concluídas no prazo de 90 dias.

As manifestações ministeriais foram formuladas pelo promotor de justiça Francisco de Assis Silva Filho, então da Comarca de Cururupu, da qual Serrano do Maranhão é termo judiciário. Proferiu as decisões, em 14 de agosto, o juiz Douglas Lima da Guia.

Em caso de descumprimento, foi estabelecido o pagamento de multa diária no valor de R\$ 1 mil, referente a cada unidade elencada.

De acordo com a investigação do Ministério Público, as escolas apresentam diversos problemas estruturais, a maioria comum aos três prédios, como banheiros danificados e sem caixa de água, portas sem trincos ou danificadas, salas de aula sem ventilação e com fiação elétrica exposta, inexistência de biblioteca, bebedouros danificados ou inexistentes, cozinha sem armários, pias e torneiras sem acesso à água potável, paredes sem pintura ou danificadas e existência de diversos servidores contratados.

Entre os itens a serem reformados estão banheiros, telhados e salas de aula. Também devem ser implantados em cada unidade biblioteca, laboratório de informática, área de lazer com quadra de esportes, além de um muro. Devem ser revisados os sistemas hidráulico e elétrico, bem como ser instalado sistema de tratamento de água.

O Município está obrigado, ainda, a apresentar à Justiça o contrato de reforma das escolas e o cronograma de execução das obras, com máxima urgência.

O Município de Serrano do Maranhão fica localizado a 473 km de São Luís.

Ação do MPMA leva a condenação da Caema por cobrança irregular

Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017, levou a Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar cobranças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MPMA somente no último dia 3 de agosto.

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis, o que levava a cobranças abusivas. “Isso gera taxaÇÃO absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês”, explica, na ação, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira.

Para o membro do Ministério Público do Maranhão, “essa taxaÇÃO promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema”.

Na sentença, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro declarou que a cobrança por estimativa é ilegal, determinando que a Caema realize a cobrança da tarifa mínima nas residências em que não haja hidrômetros, até que estes sejam instalados. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão também foi condenada a devolver os valores cobrados irregularmente aos consumidores lesados, acrescidos de correção monetária e juros.

Além disso, o magistrado ratificou liminar já concedida, proibindo a Caema de realizar cobranças por estimativa, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

BOM JARDIM - Ação do MPMA leva a condenação da Caema por cobrança irregular

Fachada Bom Jardim Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017, levou a Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar cobranças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MPMA somente no último dia 3 de agosto.

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis, o que levava a cobranças abusivas. “Isso gera taxaço absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês”, explica, na ação, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira.

Para o membro do Ministério Público do Maranhão, “essa taxaço promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema”.

Na sentença, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro declarou que a cobrança por estimativa é ilegal, determinando que a Caema realize a cobrança da tarifa mínima nas residências em que não haja hidrômetros, até que estes sejam instalados. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão também foi condenada a devolver os valores cobrados irregularmente aos consumidores lesados, acrescidos de correção monetária e juros.

Além disso, o magistrado ratificou liminar já concedida, proibindo a Caema de realizar cobranças por estimativa, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-MPMA)

Bomba Bomba!: Ministério Público de Contas aponta rede de corrupção e Organização criminosa em aluguel camarada de Dino

Embora a base comunista neguem, mas tudo se evidencia na verdade agora vista pelo MP. Uma Representação protocolada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão aponta para a existência de uma rede de corrupção em pelo menos um dos famigerados alugueis camaradas do governo Flávio Dino, do PCdoB. As contratações passaram a ser assim conhecidas após a descoberta de supostas simulações de contratos de locação de imóveis com pessoas físicas e jurídicas ligadas ao PCdoB, à própria gestão estadual ou a amigos do poder, com o objetivo de desviar recursos públicos.

Segundo a documentação, obtida com exclusividade pelo ATUAL7, as irregularidades foram encontradas na locação do prédio onde funcionava a antiga Clínica Eldorado para a implantação do Hospital de Ortopedia e Traumatologia (HTO), pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

A Representação foi protocolada pelos procuradores do MPC Jairo Cavalcanti Vieira, que chefia o órgão, e Douglas Paulo da Silva, desde a segunda quinzena de setembro do ano passado, após r uma serie de reportagens da imprensa local e nacional sobre o escândalo. Segundo o sistema de consulta processual do TCE, a Representação aguarda manifestação do conselheiro Edmar Serra Cutrim, que atualmente é aliado político de Dino, pela determinação ou não de imediata e urgente auditoria nos contratos de locação celebrados entre o governo comunista e a Clínica Eldorado.

O aluguel camarada

Dentre as descobertas feitas pela imprensa, destacam-se o fato de que o marido de uma das sócias da Clínica Eldorado, a juíza Janaína Araújo de Carvalho, que coordena a Central de Inquéritos de São Luís, é o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho. Oficialmente titular da Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, ele atua desde 2013 como assessor da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), se reportando diretamente ao chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A magistrada, ainda segundo a imprensa local e nacional, é irmã de Janyr Carvalho de Araújo, assessora jurídica da SES e filha da sócia-majoritária da Clínica Eldorado, a pediatra Ideni Viana de Carvalho.

O pai da assessora jurídica da SES, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) haver questionado a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa, Jaime Ferreira transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

Cerca de 1 milhão foram repassados dos cofres públicos do Estado pelo aluguel pela Clínica Eldorado, mesmo sem haver nenhum atendimento médico, já que, mesmo com o recebimento dos pagamentos, o prédio esteve fechado por cerca de um ano — tendo ainda o contrato sido renovado por mais dois anos, resultando em um custo adicional ao erário de pouco mais de R\$ 2,1 milhões.

Orcrim

Para os membros do MP de Contas, “o conjunto probatório” produzido no âmbito da Representação “demonstra a existência de uma organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a práticas de crimes de peculato, corrupção passiva, fraude em contratações, além das mais diversas formas de fraude”.

“Os fatos narrados pela imprensa denunciam uma rede de corrupção formada por membros do Poder Judiciário, servidores da Secretaria de Estado da Saúde e dirigentes da Clínica Eldorado”, diz trecho do documento.

“Ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de ‘contratos de locação’. (...) Neste ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o Governo do Estado do Maranhão vem favorecendo financeiramente a

empresa denunciada, mediante o mecanismo de simulação de contratos de locação. Os supostos contratos de locação (modus operandi dos desvios de recursos públicos) servem para legitimar e justificar a enorme movimentação financeira em favor da empresa CLÍNICA ELDORADO”, destaca outro trecho.

Ainda segundo os procuradores, “este tipo de contratação tem ensejado fraudes das mais diversas modalidades. Para ilustrar: falso interesse público na contratação, empresas contratadas pertencentes às pessoas ou agentes públicos ligados ao governo, super faturamento de preços, serviços não executados”.

Outro lado

À época da descoberta do aluguel camarada da Clínica Eldorado, o governo Flávio Dino emitiu nota onde negou irregularidades e garantiu que a locação de uma estrutura existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um novo imóvel. Ainda de acordo com a gestão comunista, o valor da reforma seria descontado no aluguel.

INSTITUCIONAL | Presidente do TJMA recebe procurador da República de Portugal

Publicado em agosto 29, 2018 por Paulo Roberto

O procurador da República de Portugal, João Paulo Borgez Bichão – acompanhado do desembargador Froz Sobrinho – reuniu-se com o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, no Palácio Clóvis Bevilácqua.

Na ocasião, os desembargadores Joaquim Figueiredo, Fróz Sobrinho e Raimundo Barros tiveram a oportunidade de trocar impressões, sobretudo na questão dos direitos humanos com João Paulo Borgez Bichão, numa troca de experiência importante e muito proveitosa.

Durante a visita, João Paulo Borgez Bichão – doutor e pós-doutor em Direitos Humanos pela Universidade de Salamanca (Espanha) – foi homenageado com a Medalha do Centenário do Tribunal de Justiça do Maranhão, entregue pelo presidente do TJMA, Joaquim Figueiredo.

“É uma honra ser contemplado com a Medalha do Centenário do Tribunal de Justiça. Agradeço ao presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, pelo generoso gesto, concedendo-me tão importante comenda de um Tribunal cuja história engrandece a Justiça maranhense brasileira”, assinalou o procurador da República de Portugal.

O presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, disse que as palavras do procurador da República português servem como valioso estímulo para que o Tribunal de Justiça continue exercendo sua missão visando a melhoria global dos serviços judiciários no Estado, em prol de uma Justiça célere, de boa qualidade e sempre próxima da população.

Antes da entrega da medalha ao procurador da República português, foi exibido um vídeo institucional sobre a trajetória histórica do Tribunal de Justiça do Maranhão, momento em que foram entregues ao visitante diversas publicações relativas à Corte Estadual de Justiça.

Na oportunidade, desembargador Froz Sobrinho entregou também a João Paulo Borgez Bichão um exemplar do livro “Direitos Humanos e Execução Penal”, publicação da Universidade Federal do Maranhão em homenagem ao seu trabalho em defesa dos direitos sociais e humanos na coordenação da Unidade de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário no Estado.

Estiveram presentes, Laís Locatelli (investigadora do Instituto Jurídico Português), Maria da Glória Aquino (coordenadora de estágio da Universidade Federal do Maranhão), Lucylea Gonçalves França (chefe do Departamento de Direito da Universidade Federal do Maranhão) e os diretores do Tribunal de Justiça, Mário Lobão (diretor-geral) e Mariana Clementino Brandão (Recursos Humanos).

Comarca de Cururupu realiza nove sessões de Júri Popular até esta quinta-feira, 30

Até a próxima quinta-feira (30), a comarca de Cururupu realiza nove sessões do Tribunal do Júri, levando à apreciação...

Por: Vandoval Rodrigues

Data de publicação: 29 de agosto de 2018

Até a próxima quinta-feira (30), a comarca de Cururupu realiza nove sessões do Tribunal do Júri, levando à apreciação dos jurados populares pessoas acusadas por crimes contra a vida ocorridos na região. As sessões acontecem no Plenário da Câmara de Vereadores de Cururupu, presididas pelo juiz titular da comarca, Douglas Lima da Guia, com a participação do promotor de Justiça Denys Lima Rego e de defensores dativos.

De acordo com a pauta, nesta quarta-feira (29) serão submetidos a Júri Popular os acusados Wilson Pinto dos Anjos; Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chagas. Na quinta-feira (30), serão julgados os réus Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Nesta terça-feira (28), foram submetidos ao Júri Popular os réus Milton Silva Moura Júnior; Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra.

O acusado Milton Silva Moura Júnior foi considerado culpado pelo crime de homicídio duplamente qualificado, recebendo a pena de 12 anos e seis meses de reclusão. De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, o acusado seria primo da vítima, que teria furtado um celular que pertencia à mãe do acusado. O fato causou um desentendimento familiar, que resultou no homicídio da vítima Charles Lemos, cometido com uso de uma espingarda.

Outro processo criminal resultou no julgamento de Inaldo Coimbra, acusado pelo crime de tentativa de homicídio contra seu irmão, ocorrido no povoado de Olho D'Água, em Serrano do Maranhão. Os irmãos teriam tido uma discussão motivada pela posse do cartão de aposentadoria do pai, segundo consta no processo. O réu foi condenado à pena de quatro anos de reclusão pelo crime de homicídio simples, a ser cumprida em regime aberto.

Já o acusado Gervásio Santos da Silva estava sendo acusado pelo crime de homicídio tentado, tendo sido absolvido pelo Conselho de Sentença. A ação foi julgada improcedente por insuficiência de provas. Segundo o processo, Gervásio Santos da Silva e a vítima trabalhavam juntos como lavradores e, após um desentendimento motivado por uma lanterna, a vítima teria agredido o acusado. Em reação, o acusado teria tentado se defender da agressão desferindo um golpe de facão contra a vítima.

BOMBA! MP de Contas aponta rede de corrupção e Organização criminosa em aluguel camarada de Dino

Uma Representação protocolada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão aponta para a existência de uma rede de corrupção em pelo menos um dos famigerados alugueis camaradas do governo Flávio Dino, do PCdoB. As contratações passaram a ser assim conhecidas após a descoberta de supostas simulações de contratos de locação de imóveis com pessoas físicas e jurídicas ligadas ao PCdoB, à própria gestão estadual ou a amigos do poder, com o objetivo de desviar recursos públicos.

Segundo a documentação, obtida com exclusividade pelo ATUAL7, as irregularidades foram encontradas na locação do prédio onde funcionava a antiga Clínica Eldorado para a implantação do Hospital de Ortopedia e Traumatologia (HTO), pela Secretaria de Estado da Saúde (SES).

A Representação foi protocolada pelos procuradores do MPC Jairo Cavalcanti Vieira, que chefia o órgão, e Douglas Paulo da Silva, desde a segunda quinzena de setembro do ano passado, após r uma serie de reportagens da imprensa local e nacional sobre o escândalo. Segundo o sistema de consulta processual do TCE, a Representação aguarda manifestação do conselheiro Edmar Serra Cutrim, que atualmente é aliado político de Dino, pela determinação ou não de imediata e urgente auditoria nos contratos de locação celebrados entre o governo comunista e a Clínica Eldorado.

O aluguel camarada

Dentre as descobertas feitas pela imprensa, destacam-se o fato de que o marido de uma das sócias da Clínica Eldorado, a juíza Janaína Araújo de Carvalho, que coordena a Central de Inquéritos de São Luís, é o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho. Oficialmente titular da Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, ele atua desde 2013 como assessor da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), se reportando diretamente ao chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A magistrada, ainda segundo a imprensa local e nacional, é irmã de Janyr Carvalho de Araújo, assessora jurídica da SES e filha da sócia-majoritária da Clínica Eldorado, a pediatra Ideni Viana de Carvalho.

O pai da assessora jurídica da SES, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) haver questionado a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa, Jaime Ferreira transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

Cerca de 1 milhão foram repassados dos cofres públicos do Estado pelo aluguel pela Clínica Eldorado, mesmo sem haver nenhum atendimento médico, já que, mesmo com o recebimento dos pagamentos, o prédio esteve fechado por cerca de um ano — tendo ainda o contrato sido renovado por mais dois anos, resultando em um custo adicional ao erário de pouco mais de R\$ 2,1 milhões.

Orcrim

Para os membros do MP de Contas, “o conjunto probatório” produzido no âmbito da Representação “demonstra

a existência de uma organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a práticas de crimes de peculato, corrupção passiva, fraude em contratações, além das mais diversas formas de fraude”.

“Os fatos narrados pela imprensa denunciam uma rede de corrupção formada por membros do Poder Judiciário, servidores da Secretaria de Estado da Saúde e dirigentes da Clínica Eldorado”, diz trecho do documento.

“Ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de ‘contratos de locação’. (...) Neste ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o Governo do Estado do Maranhão vem favorecendo financeiramente a empresa denunciada, mediante o mecanismo de simulação de contratos de locação. Os supostos contratos de locação (modus operandi dos desvios de recursos públicos) servem para legitimar e justificar a enorme movimentação financeira em favor da empresa CLÍNICA ELDORADO”, destaca outro trecho.

Ainda segundo os procuradores, “este tipo de contratação tem ensejado fraudes das mais diversas modalidades. Para ilustrar: falso interesse público na contratação, empresas contratadas pertencentes às pessoas ou agentes públicos ligados ao governo, superfaturamento de preços, serviços não executados”.

Outro lado

À época da descoberta do aluguel camarada da Clínica Eldorado, o governo Flávio Dino emitiu nota onde negou irregularidades e garantiu que a locação de uma estrutura existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um novo imóvel. Ainda de acordo com a gestão comunista, o valor da reforma seria descontado no aluguel.

MP aponta rede de corrupção no governo Dino

Uma Representação protocolada pelo Ministério Público de Contas no Tribunal de Contas do Estado (TCE) do Maranhão aponta para a existência de uma rede de corrupção em pelo menos um dos famigerados alugueis camaradas do governo Flávio Dino, do PCdoB. As contratações passaram a ser assim conhecidas após a descoberta de supostas simulações de contratos de locação de imóveis com pessoas físicas e jurídicas ligadas ao PCdoB, à própria gestão estadual ou a amigos do poder, com o objetivo de desviar recursos públicos. As informações são do Atual 7.

Segundo a documentação, obtida com exclusividade pelo ATUAL7, as irregularidades foram encontradas na locação do prédio onde funcionava a antiga Clínica Eldorado para a implantação do Hospital de Ortopedia e Traumatologia (HTO), pela Secretaria de Estado da Saúde (SES) — baixe o documento.

A Representação foi protocolada pelos procuradores do MPC Jairo Cavalcanti Vieira, que chefia o órgão, e Douglas Paulo da Silva, desde a segunda quinzena de setembro do ano passado, após r uma série de reportagens da imprensa local e nacional sobre o escândalo. Segundo o sistema de consulta processual do TCE, a Representação aguarda manifestação do conselheiro Edmar Serra Cutrim, que atualmente é aliado político de Dino, pela determinação ou não de imediata e urgente auditoria nos contratos de locação celebrados entre o governo comunista e a Clínica Eldorado.

O aluguel camarada

Dentre as descobertas feitas pela imprensa, destacam-se o fato de que o marido de uma das sócias da Clínica Eldorado, a juíza Janaína Araújo de Carvalho, que coordena a Central de Inquéritos de São Luís, é o promotor de Justiça Reginaldo Carvalho. Oficialmente titular da Promotoria de Justiça Criminal de Imperatriz, ele atua desde 2013 como assessor da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ), se reportando diretamente ao chefe do Ministério Público do Maranhão, o procurador-geral Luiz Gonzaga Martins Coelho.

A magistrada, ainda segundo a imprensa local e nacional, é irmã de Janyr Carvalho de Araújo, assessora jurídica da SES e filha da sócia-majoritária da Clínica Eldorado, a pediatra Ideni Viana de Carvalho.

O pai da assessora jurídica da SES, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo, já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Após a Seccional maranhense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) haver questionado a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa, Jaime Ferreira transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

Cerca de 1 milhão foram repassados dos cofres públicos do Estado pelo aluguel pela Clínica Eldorado, mesmo sem haver nenhum atendimento médico, já que, mesmo com o recebimento dos pagamentos, o prédio esteve fechado por cerca de um ano — tendo ainda o contrato sido renovado por mais dois anos, resultando em um custo adicional ao erário de pouco mais de R\$ 2,1 milhões.

Para os membros do MP de Contas, “o conjunto probatório” produzido no âmbito da Representação “demonstra a existência de uma organização criminosa, dividida em setores de atuação, que se estruturou profissionalmente para a práticas de crimes de peculato, corrupção passiva, fraude em contratações, além das mais diversas formas de fraude”.

“Os fatos narrados pela imprensa denunciam uma rede de corrupção formada por membros do Poder Judiciário, servidores da Secretaria de Estado da Saúde e dirigentes da Clínica Eldorado”, diz trecho do documento.

“Ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de ‘contratos de locação’. (...) Neste ponto, e com objetivo unicamente patrimonial, o Governo do Estado do Maranhão vem favorecendo financeiramente a empresa denunciada, mediante o mecanismo de simulação de contratos de locação. Os supostos contratos de locação (modus operandi dos desvios de recursos públicos) servem para legitimar e justificar a enorme movimentação financeira em favor da empresa CLÍNICA ELDORADO”, destaca outro trecho.

Ainda segundo os procuradores, “este tipo de contratação tem ensejado fraudes das mais diversas modalidades. Para ilustrar: falso interesse público na contratação, empresas contratadas pertencentes às pessoas ou agentes públicos ligados ao governo, superfaturamento de preços, serviços não executados”.

Outro lado

À época da descoberta do aluguel camarada da Clínica Eldorado, o governo Flávio Dino emitiu nota onde negou irregularidades e garantiu que a locação de uma estrutura existente representou uma solução mais barata e mais rápida que a construção de um novo imóvel. Ainda de acordo com a gestão comunista, o valor da reforma seria descontado no aluguel.

BOM JARDIM - Ação do MPMA leva a condenação da Caema por cobrança irregular

Fachada Bom Jardim Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017, levou a Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar cobranças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MPMA somente no último dia 3 de agosto.

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis, o que levava a cobranças abusivas. “Isso gera taxaço absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês”, explica, na ação, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira.

Para o membro do Ministério Público do Maranhão, “essa taxaço promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema”.

Na sentença, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro declarou que a cobrança por estimativa é ilegal, determinando que a Caema realize a cobrança da tarifa mínima nas residências em que não haja hidrômetros, até que estes sejam instalados. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão também foi condenada a devolver os valores cobrados irregularmente aos consumidores lesados, acrescidos de correção monetária e juros.

Além disso, o magistrado ratificou liminar já concedida, proibindo a Caema de realizar cobranças por estimativa, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-MPMA)

Município de Turiaçu deve disponibilizar transporte gratuito à alunos

Por Verislene Alves Última atualização 28/08/2018, às 18:59

O Município de Turiaçu deverá disponibilizar, no prazo de 48 horas (a contar da ciência da decisão), transporte escolar gratuito para todos os alunos da rede pública situada na sua área geográfica e que dependam do serviço para o seu deslocamento diário até a escola, sob pena de multa diária no importe de R\$ 10 mil, limitada a R\$ 200 mil. A determinação consta de decisão que concedeu tutela provisória de urgência, proferida pela juíza Urbanete de Angiolis, titular da comarca de Turiaçu.

Na ação, o Ministério Público relatou que instaurou Procedimento Administrativo no mês de junho de 2016, para investigar irregularidades na oferta de transporte escolar para atender crianças e adolescentes matriculados na rede pública de Turiaçu. Narrou, ainda, que recebeu diversas reclamações formais de moradores dos Povoados Alto da Alegria, Capoeira Grande e Santa Rita, todos localizados no entorno do Município, afirmando que não existe oferta de transporte escolar aos alunos que frequentam o ensino público em escolas localizadas na respectiva zona rural.

O MP afirma que em 12 de março deste ano foi realizada uma vistoria, na qual teria sido constatado que apenas um ônibus escolar, de uma frota de oito veículos, estaria em condições razoáveis para prestação desse importante serviço público. Ressaltou, ainda, entre os problemas relatados, a existência de “pneus carecas”, tacógrafos avariados, bancos rasgados, entre outros, que colocariam em risco a segurança do transporte dos estudantes.

O Município de Turiaçu apresentou prestação de contas do período de 2015, 2016 e 2017, comprovando o recebimento de R\$ 283.777,97 (duzentos e oitenta e três mil setecentos e setenta e sete reais e noventa e sete centavos) de verba oriunda do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar/PNATE, consistente na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmara, serviço de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria e etc.

O MP ressaltou ainda que, por omissão ou desídia, o Município também não teria aderido ao Programa Estadual de Apoio ao Transporte Escolar no Estado do Maranhão/PEATE/MA, que propicia acesso a recursos financeiros pelos municípios para prestação do serviço de transporte escolar dos alunos do ensino médio da rede pública estadual residentes na zona rural, o que agravaria, ainda mais, o estado caótico verificado. Por fim, ressaltou que a falta de transporte escolar implicaria em outros problemas, além da previsível evasão escolar, como também a utilização de motocicletas por menores, a fim de se deslocarem às suas escolas, o que constituiria ilícito de trânsito e ainda colocaria em risco a vida de tais crianças e adolescentes.

“Verifico o absoluto estado de precariedade dos ônibus pertencentes a frota escolar municipal, circunstância nefasta esta que, não só atenta contra a dignidade de crianças e adolescentes usuários do serviço, quanto coloca em risco a vida destas pessoas, na medida em que, quando conduzidas, são submetidas a utilizar veículos, visivelmente, avariados e sem mínimas condições de segurança”, observa a juíza na sentença.

Para a magistrada, o próprio Município demonstrou que vem recebendo verba pública para o custeio do serviço. “Frente a isso, não se faz justificável, tampouco, razoável, admitir que crianças e adolescentes deixem de ter acesso ao serviço de transporte escolar adequado ou mesmo que sejam atendidos em veículos mecanicamente inseguros, havendo recurso financeiro específico para as despesas com manutenção, seguros, licenciamento, impostos e taxas, pneus, câmara, serviço de mecânica em freio, suspensão, câmbio, motor, elétrica e funilaria, dentre outros”, diz a decisão.

Além da imposição já citada, o Poder Judiciário determinou que, no prazo de 60 (sessenta) dias, o requerido submeta os veículos da frota escolar municipal à inspeção do DETRAN/MA, adequando os respectivos veículos às exigências dos artigos 136 e 137 do Código de Trânsito Brasileiro, tudo sem a interrupção do serviço e mediante comprovação no processo, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil, limitada a R\$ 100 mil.

Curso de Segurança para magistrados é realizado em São Luís

Juízes com atuação em São Luís e em comarcas do interior participam de formação intensiva para aprender estratégias e técnicas de autodefesa e segurança preventiva durante curso sobre Segurança Institucional (SEGINST). A capacitação é realizada pelo Tribunal de Justiça do Maranhão sob a coordenação da Comissão de Segurança Institucional do TJMA e apoio do Exército Brasileiro e Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA).

A abertura oficial da formação ocorreu nessa segunda-feira (27), no auditório do 24º Batalhão de Infantaria Leve (BIL) do Exército, e contou com as presenças do presidente da Comissão Permanente de Segurança Institucional do Judiciário, desembargador Raimundo José Barros de Sousa; do diretor de Segurança Institucional do Tribunal, tenente-coronel Alexandre Magno Nunes, e do presidente da AMMA, juiz Ângelo Santos.

Com carga horária de 40 horas-aula, o curso será realizado até o dia 31 de agosto, com o objetivo de capacitar juízes na adoção de noções e técnicas de autodefesa que os auxiliem na proteção de suas integridades, por meio de priorização de condutas de segurança preventiva nas mais diversas situações do dia a dia e do trabalho.

“Esta é a quinta edição de um curso, que integra mais uma ação do planejamento estratégico de segurança institucional do Tribunal, com o intuito de proporcionar aos juízes o melhor desempenho de suas atividades de forma segura, tendo em vista o alto índice de magistrados que trabalham sob ameaça. Além de oferecer conhecimentos de extrema importância para a vida profissional, é uma formação essencial para a segurança dos magistrados”, destacou o desembargador Raimundo Barros.

A capacitação - que já foi realizada nos polos de São Luís, Imperatriz e Caxias - tem metodologia específica, que consiste na formação para compreender a atual situação de vulnerabilidade do Poder Judiciário e conhecer os principais protocolos de segurança adotados na proteção de magistrados.

“Além de juízes estaduais, também participam dois juízes federais, uma promotora de Justiça e um defensor público. Isso porque a comissão entendeu que era importante abrir espaço para esses operadores do Direito que possuem convivência dentro do Judiciário”, explicou o tenente-coronel Alexandre Magno ao ressaltar que cerca de 123 magistrados já receberam a capacitação em segurança institucional.

“É uma satisfação receber este curso em nossas instalações. Desta forma, promove-se a interação entre Judiciário e o Exército Brasileiro”, comentou o tenente-coronel, Marcus Vinícius, comandante do 24º Batalhão de Infantaria Leve (BIL) do Exército, local de treinamento dos participantes.

CONTEÚDO - Além de palestras sobre segurança de magistrados e inteligência no Poder Judiciário, os juízes terão aulas práticas de tiro defensivo, táticas de defesa, direção defensiva e evasiva.

Para o juiz da 1ª Vara de Pedreiras, Marco Adriano Ramos Fonseca, a capacitação é necessária para adoção de estratégias preventivas diante do atual cenário de enfrentamento da criminalidade organizada. “Percebe-se que a segurança está sendo priorizada pelo TJMA, sendo referência nacional nesta temática, pelo seu pioneirismo e pela abordagem técnica e prática. Parabênizo o esforço de todas as pessoas envolvidas para a realização deste curso”, disse.

Também participante do curso, o juiz Douglas Melo Martins (Vara de Direitos Difusos e Coletivos) frisa que o curso de segurança institucional é muito importante para a atividade jurisdicional. “A insegurança é fator de desestabilização de qualquer atividade. Esta qualificação é fundamental para que o juiz possa ter a tranquilidade necessária para o exercício de suas funções porque ajuda a prevenir e a saber se sair de situações de riscos”, avaliou.

INSTRUTORES - O quadro de instrutores é composto por Lidenberg Melo (graduado em Direito e policial civil, instrutor de armamento e tiro da Polícia Civil do DF); Marcelo Schettini (Especialista em recursos de defesa e secretário de Segurança do TRT 2ª Região -SP); Maurício Viegas Pinto (Especialista em Inteligência Estratégica e em Segurança Internacional pela Universidad de Alicante-Espanha) e Hipólito Alves Cardozo (Especialista em Direito Administrativo/Gestão Pública com cursos em defesa pessoal, combatividade e formação de instrutor em armamento e tiro).

Também participam o tenente-coronel Alexandre Magno de Souza Nunes (Diretor de Segurança Institucional e membro efetivo da Comissão Permanente de Segurança Institucional do TJMA e membro da Câmara Técnica de Inteligência, do Gabinete de Gestão Integrada da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão); Jodson Diniz (Especialista em Ciências Penais, instrutor nacional e internacional de tonfa, bastão, arma branca e arma de fogo, professor de defesa pessoal); além dos instrutores, tenente-coronel Vinícius Fonseca (TJRJ); Major Álvaro de Andrade (TJRJ); Elton José Bolanger da Silva (TRT 2ªR); Leonardo Mendes de Oliveira (Assembleia Legislativa-MA) e os tenentes da PMMA, Eduardo Pinheiro e Renan Leite.

FONTE G1

Comarca de Cururupu realiza nove sessões de Júri Popular até esta quinta-feira, 30

Até a próxima quinta-feira (30), a comarca de Cururupu realiza nove sessões do Tribunal do Júri, levando à apreciação dos jurados populares pessoas acusadas por crimes contra a vida ocorridos na região. As sessões acontecem no Plenário da Câmara de Vereadores de Cururupu, presididas pelo juiz titular da comarca, Douglas Lima da Guia, com a participação do promotor de Justiça Denys Lima Rego e de defensores dativos.

De acordo com a pauta, nesta quarta-feira (29) serão submetidos a Júri Popular os acusados Wilson Pinto dos Anjos; Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chagas. Na quinta-feira (30), serão julgados os réus Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Nesta terça-feira (28), foram submetidos ao Júri Popular os réus Milton Silva Moura Júnior; Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra.

O acusado Milton Silva Moura Júnior foi considerado culpado pelo crime de homicídio duplamente qualificado, recebendo a pena de 12 anos e seis meses de reclusão. De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, o acusado seria primo da vítima, que teria furtado um celular que pertencia à mãe do acusado. O fato causou um desentendimento familiar, que resultou no homicídio da vítima Charles Lemos, cometido com uso de uma espingarda.

Outro processo criminal resultou no julgamento de Inaldo Coimbra, acusado pelo crime de tentativa de homicídio contra seu irmão, ocorrido no povoado de Olho D'Água, em Serrano do Maranhão. Os irmãos teriam tido uma discussão motivada pela posse do cartão de aposentadoria do pai, segundo consta no processo. O réu foi condenado à pena de quatro anos de reclusão pelo crime de homicídio simples, a ser cumprida em regime aberto.

Já o acusado Gervásio Santos da Silva estava sendo acusado pelo crime de homicídio tentado, tendo sido absolvido pelo Conselho de Sentença. A ação foi julgada improcedente por insuficiência de provas. Segundo o processo, Gervásio Santos da Silva e a vítima trabalhavam juntos como lavradores e, após um desentendimento motivado por uma lanterna, a vítima teria agredido o acusado. Em reação, o acusado teria tentado se defender da agressão desferindo um golpe de facão contra a vítima.

MP aponta existência de organização criminosa em suposto esquema de aluguel de imóvel pelo governo do Maranhão

Ministério Público diz ter constatado que existe uma organização criminosa, que se divide em setores e conseguiu uma estrutura profissional para praticar crimes.

Os aluguéis pagos pelo governo do estado aos proprietários da antiga Clínica Eldorado foram denunciados pelo Ministério Público de Contas (MPC) ao Tribunal de Contas do Estado (TCE). Os procuradores Douglas Paulo da Silva e Jairo Cavalcanti Vieira assinam a representação que pede urgente e imediata auditoria nos contratos de locação para apurar definitivamente as suspeitas de uma organização criminosa.

O caso foi denunciado pela TV Mirante em 2017 quando apurou-se que cerca de R\$ 1 milhão foram pagos pelo governo sem a devida utilização do prédio. Os alugueis começaram a ser pagos em agosto de 2016 e o Hospital de Traumatologia e Ortopedia (HTO) só foi inaugurado em outubro de 2017.

Na representação, o Ministério Público de Contas do Maranhão diz que “ao arrepio dos princípios da legalidade, da moralidade e da economicidade, a empresa denunciada vem se beneficiando de recursos da saúde, mediante esquema de simulação de ‘contratos de locação’”.

Em outro trecho, os procuradores dizem que o governo costuma utilizar “organizações do terceiro setor como mecanismo nefasto de burlar os órgãos de controle e desviar recurso da saúde”.

Assim, diante do levantamento feito pelo Ministério Público, o órgão diz ter constatado que existe uma organização criminosa (orcrim), que se divide em setores e conseguiu uma estrutura profissional para praticar crimes como peculato (crime de um funcionário público contra a administração pública), corrupção ativa, fraude em contratação e outras formas de fraude.

A participação direta do Governo do Estado no esquema, segundo os procuradores, é contratar empresas pertencentes à pessoas com estreitas ligações com o governo, além de superfaturar preços e não executar serviços prometidos. No caso específico do aluguel do prédio, o dinheiro foi repassado aos donos do imóvel, mas o espaço só entrou em funcionamento de fato um ano depois do início do contrato de locação. O aluguel mensal custa R\$ 90 mil. Além do aluguel, o governo gastou também com a reforma do prédio e demais despesas para adaptá-lo para a finalidade.

Por meio de nota, a Secretaria de Estado da Saúde (SES) disse que “o documento apresentado pelo MPC, anexado ao processo, demonstra a plena habilitação da empresa contratada e os valores despendidos a título de aluguel do imóvel”. O governo informou ainda que apresentou esclarecimentos ao Tribunal de Contas do Estado em 2017.

O G1 entrou em contato com o Tribunal de Contas do Estado para saber qual foi a decisão e aguarda a resposta.

Entenda o caso

De acordo com reportagem da TV Mirante, a Clínica Eldorado pertence à família de Janyr Carvalho de Araújo, que foi nomeada como assessoria jurídica da Secretaria Estadual de Saúde. O local foi alugado para ser um centro de traumatologia e ortopedia e seu aluguel custa mensalmente aos cofres públicos, R\$ 90 mil reais e anualmente, chega a R\$ 1 milhão e 80 mil reais. Apesar da boa estrutura do imóvel, o Governo já gastou cerca de R\$ 903 mil reais com uma reforma do prédio que nunca funcionou.

A Clínica Eldorado tem como sócia majoritária a mãe de Janyr, a pediatra Ideni Viana de Carvalho. O pai da assessora, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo já foi sócio do local e chegou a responder um processo no Conselho Nacional de Justiça.

Em 2009, a Ordem dos Advogados do Brasil no Maranhão (OAB-MA) questionou a legalidade de um desembargador ter a sociedade em uma empresa. Após o episódio, o desembargador transferiu a sociedade para um dos filhos e o processo foi arquivado.

A época, por meio de nota, o desembargador Jaime Ferreira de Araújo afirmou que se afastou completamente da empresa e que não possui nenhuma relação com o governo atual nem a Clínica Eldorado. Ele ainda reiterou que não tem nenhuma influência sobre o cargo comissionado que é exercido pela filha.

A reportagem da TV Mirante mostrou que o contrato de locação da Clínica Eldorado não teve nenhum desconto no valor do aluguel. As cláusulas do contrato ainda afirmam que as benfeitorias úteis, que são obras que atendem as necessidades de quem aluga, não serão indenizáveis. Ainda segundo o contrato, apenas mudanças decorativas e de jardinagem serão indenizáveis, caso haja concordância do locador. O contrato que venceu em agosto, foi prorrogado por mais dois anos e deve render aos cofres públicos R\$ 2 milhões e 160 mil reais a mais do que já foi pago.

Em nota, ainda no ano passado, o governo negou que tenha beneficiado a assessora jurídica do estado Janyr Carvalho de Araújo, que é filha da dona da clínica e ainda reafirmou que o valor da obra será descontado no aluguel como está previsto no artigo 35 da Lei 8.245/91.

Veja a nota da Secretaria de Estado da Saúde (SES)

A representação, datada do ano passado, se baseia tão somente em reportagens jornalísticas e não apresenta provas que indiquem existência de irregularidade no contexto da contratação da Clínica Eldorado, o que de fato não há;

O documento apresentado pelo MPC, anexado ao processo, demonstra a plena habilitação da empresa contratada e os valores despendidos a título de aluguel do imóvel;

Mesmo utilizando matérias jornalísticas para embasar a representação, o MPC dispensou as notas de esclarecimentos emitidas pelo Governo do Maranhão à época, inclusive, inseridas no contexto de várias reportagens sobre a contratação da Clínica Eldorado;

Ainda no ano passado, o Governo do Maranhão apresentou esclarecimentos junto ao Tribunal de Contas do Estado sobre a legalidade em todo processo de contratação da Clínica, indispensável para o funcionamento do novo Hospital de Traumatologia e Ortopedia, serviço inédito inaugurado em outubro de 2017.

Caema é condenada pela Justiça do Maranhão por cobrança indevida em Bom Jardim

Sem hidrômetros instalados, de acordo com o Ministério Público, a Caema cobrava dos moradores de Bom Jardim por estimativa.

A Justiça do Maranhão condenou a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) a devolver todo valor cobrado por estimativa a consumidores de Bom Jardim, distante 554 km de São Luís. O juiz Bruno Barbosa Pinheiro determinou ainda que a companhia cobre a taxa mínima dos imóveis até que o hidrômetro seja instalado. A decisão se deu após Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017. O G1 entrou em contato com a Caema e aguarda a resposta sobre o assunto.

De acordo com o Ministério Público, a Caema cobrava dos moradores de Bom Jardim por estimativa, que é quando a conta é determinada, por exemplo, pelo endereço do domicílio, e isso costuma fazer com que cobranças abusivas sejam feitas, segundo o próprio MP.

“Isso gera taxaÇÃO absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês. Essa taxaÇÃO promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema”, disse o promotor Fábio Santos de Oliveira.

Aproveitando o processo, o juiz ratificou liminar que não permite mais que a Caema cobre por estimativa. Em caso de descumprimento, a companhia pagará multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

BOM JARDIM - Ação do MPMA leva a condenação da Caema por cobrança irregular

Fachada Bom Jardim Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017, levou a Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar cobranças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MPMA somente no último dia 3 de agosto.

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis, o que levava a cobranças abusivas. “Isso gera taxaço absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês”, explica, na ação, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira.

Para o membro do Ministério Público do Maranhão, “essa taxaço promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema”.

Na sentença, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro declarou que a cobrança por estimativa é ilegal, determinando que a Caema realize a cobrança da tarifa mínima nas residências em que não haja hidrômetros, até que estes sejam instalados. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão também foi condenada a devolver os valores cobrados irregularmente aos consumidores lesados, acrescidos de correção monetária e juros.

Além disso, o magistrado ratificou liminar já concedida, proibindo a Caema de realizar cobranças por estimativa, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

Redação: Rodrigo Freitas (CCOM-MPMA)

Comarca De Cururupu Realiza Nove Sessões De Júri Popular Até Esta Quinta-Feira, 30

Redação On 29 ago, 2018

CURURUPU - Até a próxima quinta-feira (30), a comarca de Cururupu realiza nove sessões do Tribunal do Júri, levando à apreciação dos jurados populares pessoas acusadas por crimes contra a vida ocorridos na região. As sessões acontecem no Plenário da Câmara de Vereadores de Cururupu, presididas pelo juiz titular da comarca, Douglas Lima da Guia, com a participação do promotor de Justiça Denys Lima Rego e de defensores dativos.

De acordo com a pauta, nesta quarta-feira (29) serão submetidos a Júri Popular os acusados Wilson Pinto dos Anjos; Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chagas. Na quinta-feira (30), serão julgados os réus Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Nesta terça-feira (28), foram submetidos ao Júri Popular os réus Milton Silva Moura Júnior; Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra.

O acusado Milton Silva Moura Júnior foi considerado culpado pelo crime de homicídio duplamente qualificado, recebendo a pena de 12 anos e seis meses de reclusão. De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, o acusado seria primo da vítima, que teria furtado um celular que pertencia à mãe do acusado. O fato causou um desentendimento familiar, que resultou no homicídio da vítima Charles Lemos, cometido com uso de uma espingarda.

Outro processo criminal resultou no julgamento de Inaldo Coimbra, acusado pelo crime de tentativa de homicídio contra seu irmão, ocorrido no povoado de Olho D'Água, em Serrano do Maranhão. Os irmãos teriam tido uma discussão motivada pela posse do cartão de aposentadoria do pai, segundo consta no processo. O réu foi condenado à pena de quatro anos de reclusão pelo crime de homicídio simples, a ser cumprida em regime aberto.

Já o acusado Gervásio Santos da Silva estava sendo acusado pelo crime de homicídio tentado, tendo sido absolvido pelo Conselho de Sentença. A ação foi julgada improcedente por insuficiência de provas. Segundo o processo, Gervásio Santos da Silva e a vítima trabalhavam juntos como lavradores e, após um desentendimento motivado por uma lanterna, a vítima teria agredido o acusado. Em reação, o acusado teria tentado se defender da agressão desferindo um golpe de facão contra a vítima.

Ação do MP-MA leva a condenação da Caema por cobrança irregular

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente.

IMIRANTE.COM, COM INFORMAÇÕES DO MP-MA

BOM JARDIM - Uma Ação Civil Pública proposta pela Promotoria de Justiça de Bom Jardim, em abril de 2017, levou a Justiça a proibir a Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão (Caema) de realizar cobranças por estimativa dos clientes em Bom Jardim. A decisão é datada de 20 de março de 2018, e foi encaminhada para ciência do MP-MA somente no último dia 3 de agosto.

Na Ação, o Ministério Público aponta que não havia nenhum hidrômetro instalado em Bom Jardim, impedindo a cobrança de valores compatíveis com o consumo de cada cliente. Dessa forma, a Caema utilizava como critério a área dos imóveis, o que levava a cobranças abusivas. “Isso gera taxaçaõ absurda, pois a partir de 50 metros quadrados de área a pessoa já paga acima da taxa mínima que é o consumo destinado a quem utiliza até 10 mil litros de água por mês”, explica, na ação, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira.

Para o membro do Ministério Público do Maranhão, “essa taxaçaõ promove injustiças sociais tremendas, pois desestimula o consumo moderado de água e faz com que pessoas que consomem pouco paguem altas taxas por ter casas com área acima do mínimo estipulado pela Caema”.

Na sentença, o juiz Bruno Barbosa Pinheiro declarou que a cobrança por estimativa é ilegal, determinando que a Caema realize a cobrança da tarifa mínima nas residências em que não haja hidrômetros, até que estes sejam instalados. A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão também foi condenada a devolver os valores cobrados irregularmente aos consumidores lesados, acrescidos de correção monetária e juros.

Além disso, o magistrado ratificou liminar já concedida, proibindo a Caema de realizar cobranças por estimativa, sob pena de multa diária de R\$ 2 mil até o máximo de R\$ 3 milhões.

Integrante do Tribunal do Crime é preso pela PM no São Francisco

Bandido era quem determinava a pessoa que deveria ser executada nos julgamentos realizados; seus comparsas já haviam sido presos no dia 7

ISMAEL ARAÚJO

29/08/2018

Integrante do Tribunal do Crime é preso pela PM no São Francisco

SÃO LUÍS - Mais um integrante de uma facção criminosa que liderava o "Tribunal do Crime", identificado como Brian D'Guare Correia dos Santos, o Brian do Babado Novo, idade não revelada, foi preso ontem durante uma incursão da Polícia Militar, no bairro do São Francisco. De acordo com as informações da polícia, ele é um dos acusados do assassinato de Leandro Nascimento Veras e Júlio Caio Pereira Lopes, e da tentativa de homicídio de Cláudio Cardoso Lopes ocorrido no dia 1º de outubro do ano passado, no bairro Divineia.

O detido foi apresentado na sede da Superintendência Estadual de Homicídios e Proteção a Pessoas (SHPP), na avenida Beira-Mar. O delegado George Marques informou que Brian Correia tem a missão de determinar as ações ilegais dentro da facção, inclusive, a ordem de realizar homicídios, denominado como Torre Geral.

O criminoso prestou esclarecimento sobre o caso para a polícia e ainda ontem foi encaminhado para o Complexo Penitenciário de Pedrinhas onde vai ficar preso à disposição do Poder Judiciário. O delegado informou, também, que os outros acusados desse crime foram presos durante a operação Sem Exceção ocorrida no último dia 7 na Ilha e na cidade de Belágua. Em poder dos criminosos, a polícia apreendeu dois adolescentes, armas de fogo e droga.

Os presos foram identificados como Cláudio Júnior Mota Goes, o Júnior Preto; José de Ribamar Silva Vilar, o Maresia ou Serenata; Joélio Boguea Lobo, o Camarão; Denilson dos Santos Júnior, o Clima; Danilo Sílvio Sousa Magalhães, o Mil Graus; Weliardson da Cruz Pereira; Denilson Lima Paiva, o Dedé; Raylson dos Santos Serpa, o Ray; Eldomir Silva Barros, o Barbeirinho, preso em Belágua; Lucas Gonçalves Moreira, o Luquinha; Jeanderson de Sousa Vieira, o Jean Louco; Francisco Pereira Rodrigues, o Porquinho; Marcos Vinícius de Sousa Goulart, o Zorlho; José Roberto Penha Ribeiro, o Pretinho ou Madruga; Breno de Sousa Goulart, o Calango; Wemerson Silva Mafra, Adalton da Silva e Lúcia Tereza Neves dos Santos.

Acusado de matar companheira é condenado a 15 anos de prisão

O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Comarca de Cururupu, presidiu na manhã desta quarta-feira (29) uma sessão do Tribunal do Júri. O réu foi Wilson Pinto dos Anjos, que estava sendo acusado de crime de feminicídio praticado contra Cleidiane Setúbal Pizon, sua companheira. O conselho de sentença considerou o réu culpado e ele recebeu a pena de 15 anos de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

De acordo com o inquérito policial, o crime aconteceu em 26 de dezembro do ano passado em Serrano do Maranhão, termo judiciário de Cururupu. Cleidiane Setúbal foi morta a golpes de arma branca e o motivo teria sido ciúmes. Wilson Pinto dos Anjos teria dito que ela passou alguns dias fora de casa e teria voltado com marcas no pescoço, resultando na discussão e no posterior feminicídio. O crime teria sido praticado na frente de uma criança.

SÉRIE DE JULGAMENTOS - Para esta semana, o Judiciário em Cururupu agendou nove julgamentos, sendo que três ocorreram na terça-feira (28) com os réus Milton Silva Moura Júnior, Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra, três na quarta-feira (29) tendo como réus Wilson Pinto dos Anjos, Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chaga, e mais três marcados para a quinta-feira (30), a saber, Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Todos os julgamentos têm a presidência do juiz titular Douglas Lima da Guia e acontecem na Câmara de Vereadores de Cururupu.

Justiça realiza mutirão para júri popular na comarca de Cururupu

29 de agosto de 2018 Redação Maranhão Notícias 0 comentários Cururupu, Juri Popular, Justiça, Maranhão Notícias

A programação especial termina nesta quinta-feira (30).

Corregedoria Geral de Justiça/Divulgação

SÃO LUÍS - Até esta quinta-feira (30), a comarca de Cururupu realiza nove sessões do Tribunal do Júri, levando à apreciação dos jurados populares pessoas acusadas por crimes contra a vida ocorridos na região.

As sessões acontecem no Plenário da Câmara de Vereadores de Cururupu, presididas pelo juiz titular da comarca, Douglas Lima da Guia, com a participação do promotor de Justiça Denys Lima Rego e de defensores dativos.

De acordo com a pauta, nesta quarta-feira (29) serão submetidos a Júri Popular os acusados Wilson Pinto dos Anjos; Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chagas. Na quinta-feira (30), serão julgados os réus Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Nesta terça-feira (28), foram submetidos ao Júri Popular os réus Milton Silva Moura Júnior; Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra.

O acusado Milton Silva Moura Júnior foi considerado culpado pelo crime de homicídio duplamente qualificado, recebendo a pena de 12 anos e seis meses de reclusão. De acordo com a denúncia oferecida pelo Ministério Público Estadual, o acusado seria primo da vítima, que teria furtado um celular que pertencia à mãe do acusado.

O fato causou um desentendimento familiar, que resultou no homicídio da vítima Charles Lemos, cometido com uso de uma espingarda.

Outro processo criminal resultou no julgamento de Inaldo Coimbra, acusado pelo crime de tentativa de homicídio contra seu irmão, ocorrido no povoado de Olho D'Água, em Serrano do Maranhão. Os irmãos teriam tido uma discussão motivada pela posse do cartão de aposentadoria do pai, segundo consta no processo. O réu foi condenado à pena de quatro anos de reclusão pelo crime de homicídio simples, a ser cumprida em regime aberto.

Já o acusado Gervásio Santos da Silva estava sendo acusado pelo crime de homicídio tentado, tendo sido absolvido pelo Conselho de Sentença. A ação foi julgada improcedente por insuficiência de provas. Segundo o processo, Gervásio Santos da Silva e a vítima trabalhavam juntos como lavradores e, após um desentendimento motivado por uma lanterna, a vítima teria agredido o acusado. Em reação, o acusado teria tentado se defender da agressão desferindo um golpe de facão contra a vítima. (Foto: Divulgação).

Corregedoria Geral da Justiça revoga nomeação de 19 interinos de cartórios do Maranhão

O Corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, assinou nesta terça-feira (17), decisão revogando 19 nomeações de interinos que atuam em cartórios do Maranhão, cujos vínculos de parentesco se enquadram nas vedações legais delineadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ). A decisão se deu em Pedido de Providências instaurado pela Corregedoria Nacional de Justiça com intuito de acompanhar o cumprimento da denominada Meta 15, fixada no 1º Encontro de Corregedores do Serviço Extrajudicial, promovido pela Corregedoria Nacional em 7 de dezembro de 2017.

Segundo a decisão, devem ser revogadas as interinidades das Serventias Extrajudiciais de Afonso Cunha; de Alto Alegre do Maranhão; de Cantanhede; de Fortaleza dos Nogueiras; de Lima Campos; de Matões; de Mirador; de Olho D'Água das Cunhãs; de São Félix de Balsas; de São Mateus do Maranhão; de Sítio Novo; do 4º Ofício Extrajudicial de Caxias; do 1º Ofício Extrajudicial de Colinas; do 3º Ofício Extrajudicial de Santa Inês; do 1º Tabelionato de Protestos de São Luís; do 3º Ofício Extrajudicial de Timon; do 1º Ofício Extrajudicial de Tuntum; do 1º Ofício Extrajudicial de Vitória do Mearim e do 1º Ofício Extrajudicial de Vitorino Freire.

A decisão estabelece que as portarias de revogação serão expedidas tão logo seja possível a designação de novos interinos para as serventias, a fim de que não haja interrupção nos serviços públicos prestados, inclusive para que seja feita a transição entre os interinos. "O que prevenirá prejuízos quando da transmissão do acervo e permitirá que os trabalhos transcorram de forma ordenada", ressalta.

A decisão ainda determina a expedição de edital aos delegatários das Serventias Extrajudiciais que se encontram no raio de 300 km dos municípios listados, para que manifestem interesse em responder interinamente por alguma das serventias citadas.

META 15 - A medida derivou de Consulta aberta pela CGJ-MA junto à Corregedoria Nacional de Justiça, a respeito do cumprimento da Meta 15, que determina às Corregedorias "realizar levantamento detalhado sobre a existência de nepotismo na nomeação de interinos no serviço extrajudicial, revogando os atos de nomeação em afronta ao princípio da moralidade".

Em resposta, a Corregedoria Nacional afirmou que deve ser revogada a nomeação dos substitutos mais antigos quando configurada ofensa aos princípios constitucionais da moralidade e da impessoalidade, mesmo diante da iminência das nomeações dos delegatários aprovados em concurso público, inclusive alcançando as interinidades deferidas em data anterior ao estabelecimento da meta; e que, ainda que a titularidade tenha sido extinta pela morte do titular dos serviços, incide a vedação ao nepotismo.

A resposta à consulta feita à Corregedoria Nacional gerou repercussão administrativa para todos os Tribunais da Federação, em caráter de normativo geral e vinculante, de acordo com voto do conselheiro Valtércio de Oliveira.

"Ressalto que as revogações de interinidade não decorrem de quebra de confiança ou qualquer mácula ao histórico de trabalho dos interinos, e sim da imperiosa necessidade de dar cumprimento à norma aprovada pelo Conselho Nacional de Justiça, constante do § 2º do art. 3º da Resolução nº 80/2009", frisou o corregedor-geral da Justiça, desembargador Marcelo Carvalho Silva, na decisão. (Ascom CGJ)

FEMINICÍDIO | Homem que matou companheira é condenado a 15 anos de prisão em Cururupu

O juiz Douglas Lima da Guia, titular da Comarca de Cururupu, presidiu na manhã desta quarta-feira (29) uma sessão do Tribunal do Júri. O réu foi Wilson Pinto dos Anjos, que estava sendo acusado de crime de feminicídio praticado contra Cleidiane Setúbal Pizon, sua companheira. O conselho de sentença considerou o réu culpado e ele recebeu a pena de 15 anos de prisão, a ser cumprida inicialmente em regime fechado.

De acordo com o inquérito policial, o crime aconteceu em 26 de dezembro do ano passado em Serrano do Maranhão, termo judiciário de Cururupu. Cleidiane Setúbal foi morta a golpes de arma branca e o motivo teria sido ciúmes. Wilson Pinto dos Anjos teria dito que ela passou alguns dias todo fora de casa e teria voltado com marca de 'chupão' no pescoço, resultando na discussão e no posterior feminicídio. O crime teria sido praticado na frente de uma criança.

SÉRIE DE JULGAMENTOS - Para esta semana, o Judiciário em Cururupu agendou nove julgamentos, sendo que três ocorreram na terça-feira (28) com os réus Milton Silva Moura Júnior, Gervásio Santos da Silva e Inaldo Coimbra, três na quarta-feira (29) tendo como réus Wilson Pinto dos Anjos, Gleison de Jesus Abreu e Gleidson Cadete Chaga, e mais três marcados para a quinta-feira (30), a saber, Elton Carlos Reis Pimenta; Valdecy Pires Mafra e José Messias dos Santos.

Todos os julgamentos têm a presidência do juiz titular Douglas Lima da Guia e acontecem na Câmara de Vereadores de Cururupu.